CORREIO BASTIDORES

POR **RAFAEL OLIVEIRA**

THIAGO LONTRA



Parlamentares terão cinco dias úteis para elaborar emendas

Alerj discute orçamento de 2027 com previsão de déficit de R$ 13 bi

A discussão prévia do Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) de 2027 - PL 8.378/26 foi finalizada pelos deputados da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro (Alerj) nesta quarta-feira (04). A medida, enviada ao Parlamento fluminense pelo Governo do Estado, estima um déficit de R$ 13,98 bilhões, com despesas previstas de R$ 138,37 bilhões e receita líquida estimada em R$ 124,39 bilhões. Os deputados terão cinco dias úteis para elaborar emendas parlamentares com prazo iniciado nesta quinta-feira (05) e conclusão até a próxima quarta-feira, dia 11. Além do PLOA, os parlamentares também discutiram a revisão para 2027 do Plano Plurianual (PPA) 2024–2027 — PL 8.377/26, que estabelece a médio prazo diretrizes, objetivos e metas a serem alcançadas pelo Executivo durante quatro anos, sendo base para elaboração das leis orçamentárias anuais.

Tutuca destaca criação de orçamento factível

O presidente da Comissão de Orçamento da Alerj, deputado estadual Gustavo Tutuca (PP), destacou o esforço do Parlamento fluminense em criar um cenário de transparência que permita à população do Rio de Janeiro acompanhar como vão se comportar as contas e as finanças do estado no próximo ano. “Vamos apoiar todas as sugestões e emendas, para que possamos construir a muitas mãos um orçamento mais factível, que pretendemos praticar a partir do ano que vem”, afirmou Tutuca.

THIAGO LONTRA



A discussão e votação dos projetos finais estão previstas para dezembro

Redução de receitas e aumento de despesas

Na comparação com o orçamento para 2026, a previsão de déficit estadual apresenta uma redução de cerca de R$ 5 bilhões. O governador em exercício, desembargador Ricardo Couto, atribuiu a permanência do déficit fiscal em 2027 devido a redução das receitas provenientes de royalties e participações especiais e o aumento de R$ 9,64 bilhões nas despesas com pessoal. As despesas com pessoal e encargos sociais estão estimadas em R$ 80,85 bilhões. Já o Tesouro Estadual deverá destinar R$ 23,8 bilhões para obrigações previdenciárias.

PLOA projeta potencial arrecadação de R$ 7,5 bi

O PLOA também detalha três fontes de receitas condicionadas que poderão contribuir para reduzir o déficit previsto. Há o potencial de arrecadar R$ 7,5 bilhões, mas dependem do cumprimento de condições específicas. Entre as fontes, está R$ 6,34 bilhões de participações especiais dos campos de petróleo de Tupi e Cernambi, R$ 792,5 milhões da arrecadação da dívida ativa de ICMS e R$ 362,1 milhões da alienação de imóveis públicos.

Segurança jurídica

Com objetivo de dar mais segurança a decisões judiciais, foi lançado nesta quarta-feira (04) o Banco Nacional de Pareceres em Saúde no Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ). A nova ferramenta vai reunir notas técnicas e pareceres baseados em evidências científicas para auxiliar magistrados na tomada de decisões sobre saúde pública.

Processos de saúde

Atualmente, o Brasil conta com 435 profissionais, entre médicos, enfermeiros, farmacêuticos e nutricionistas, que integram esse trabalho. Eles contribuem para a análise de demandas judiciais envolvendo doenças raras, medicamentos oncológicos e leitos especializados, para dar mais embasamento técnico às decisões e agilizar os processos.

Decisões seguras

O secretário de Estado de Saúde, Ronaldo Damião, participou do evento e destacou a importância das notas técnicas e dos pareceres científicos também para orientar os gestores públicos na tomada de decisões seguras e eticamente fundamentadas. “Ter uma nota técnica baseada em evidências dá sustentação para ajudar o paciente”, disse.

Diretrizes nacionais

Representante do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), Daiane Nogueira destacou que o Banco Nacional de Pareceres busca aprimorar as decisões judiciais sem perder o cuidado com os pacientes. “São mecanismos que aperfeiçoam as decisões dos magistrados em todas as instâncias. São diretrizes nacionais para cuidar das pessoas”, frisou.

Sobre a conferência

A conferência de abertura foi conduzida pela médica cardiologista e intensivista Ludhmila Hajjar, professora titular da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo (USP). Ela destacou a importância das notas técnicas, do uso de dados consolidados em sistemas confiáveis e de ferramentas de inteligência artificial.

Enfrentamentos

Os recursos auxiliam a evitar a redundância de trabalho e contribuir para o enfrentamento da judicialização da saúde. A iniciativa foi apresentada durante o 1º Encontro Nacional dos Núcleos de Apoio Técnico do Judiciário (NatJus) e o V Congresso Nacional do Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde (Fonajus), promovidos pelo CNJ.

TON MOLINA / AGÊNCIA SENADO



Para não atropelar a Câmara, Alcolumbre opta por adiar votação

Alcolumbre recua e deixa votação da maioridade penal para a Câmara

Presidente do Senado segura proposta após conversa com Hugo Motta

Por **Beatriz Matos**

A tentativa de acelerar a redução da maioridade penal no Senado esbarrou em uma disputa de protagonismo com a Câmara dos Deputados. Apesar da pressão de parlamentares governistas e da oposição para votar a proposta ainda nesta semana, o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União-AP), decidiu nesta quarta-feira (4) não colocar em votação o requerimento que permitiria antecipar a análise do texto. A decisão ocorreu após uma conversa com o presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-PB), que pediu tempo para concluir a discussão já em andamento entre os deputados.

“Eu não vou colocar em deliberação e vou aguardar a Câmara dos Deputados. Ele fez um compromisso de que votará lá neste mês de novembro”, ele afirmou em plenário. O senador também se comprometeu a pautar a proposta quando ela chegar da Câmara, mantendo a expectativa de uma definição ainda neste ano.

A mudança de encaminhamento contrariou a expectativa de senadores que haviam negociado, na noite anterior, um caminho mais rápido para a redução da maioridade. O líder do MDB no Senado, Eduardo Braga (AM), chegou a apresentar um requerimento de calendário especial para as PECs 19 e 20 de 2026, que tramitam conjuntamente. A medida permitiria acelerar a análise das propostas, mas Alcolumbre optou por não submetê-la ao plenário.

Durante a sessão, Braga defendeu que o Senado avançasse na discussão sem desconsiderar o trabalho dos deputados. “Isso não significa que estamos querendo atropelar a Casa do Parlamento brasileiro, que é a Câmara dos Deputados. Pelo contrário, queremos contribuir”, declarou. O líder defendeu a redução para 16 anos nos casos de crimes hediondos. Como alternativa, Braga sugeriu estabelecer o dia 1º de dezembro como prazo para que a Câmara conclua a votação. Caso isso não ocorra, Alcolumbre poderá retomar o requerimento de calendário especial apresentado no Senado. A sugestão, porém, não foi formalizada como prazo obrigatório.

Nos bastidores, pesou o argumento de que a Câmara já havia instalado uma comissão especial para examinar o tema. Alcolumbre reconheceu que Motta vinha conduzindo o debate há mais tempo e afirmou que preservaria a relação entre as Casas. Motta não exigiu a suspensão da votação, mas ponderou sobre o trabalho desenvolvido pelos deputados.